



GOVERNO, LEGISLATIVO E RESPOSTAS À PANDEMIA DE COVID-19¹

**GOVERNMENT, LEGISLATIVE AND RESPONSES TO THE COVID-19
PANDEMIC**

GOBIERNO, LEGISLATIVO Y RESPUESTAS A LA PANDEMIA COVID-19

(Entrevista com o Professor Dr. Fernando Limongi)

Luciana Santana²

Helga Almeida³

Primeiro, gostaríamos de agradecer por ter aceito nosso convite e por sua disponibilidade em conceder esta entrevista. E já iniciamos pedindo sua avaliação mais geral sobre o contexto da pandemia e sobre as decisões tomadas pelos diversos países, no que se refere a questionamentos sobre as restrições à liberdade individual. Em que medida essas decisões poderiam ser consideradas um risco para a democracia, ou a questão da saúde pública se sobrepõe a essas posições?

Fernando Limongi: Agradeço o convite. Bem, esta é uma dimensão muito ampla, envolve mais imediatamente questões de saúde e de saúde pública, e essa tangência ou essa sobreposição, intersecção com a questão dos direitos fundamentais, porque a reação à pandemia pediu ações bastante fortes do ponto de vista das restrições às liberdades fundamentais. Então, você tem um campo e uma intersecção bastante complexa e que envolve especialistas de diferentes áreas e uma grande dificuldade de você poder avaliar todas essas dimensões.

¹ Entrevista com o Professor Dr. Fernando Limongi, cientista político, professor titular aposentado da USP, professor da FGV e pesquisador sênior do Cebrap,

² Luciana Santana – Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de Ciência Política na Universidade Federal de Alagoas e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política na UFPI.

³ Helga Almeida - Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

Em primeiro lugar, uma primeira constatação refere-se à minimização do risco que os países ocidentais fizeram quando a pandemia começou na China. Por alguma razão, aparentemente, em razão das experiências anteriores em que soaram alarmes de que uma nova pandemia, uma nova doença irrompendo na Ásia poderia chegar ao Ocidente. E quando chegou, chegou de uma forma não tão grave, como a gripe suína, a outra pandemia de Covid, etc. Você teve alarmes anteriores de que vinha alguma coisa forte e não veio. E, dessa vez, quando veio pegou todo mundo, digamos assim, de calças curtas e despreparado, surpreendendo muito os governos. Então, você tem essa primeira dimensão. Porque o sistema de informação não funcionou? Quem foi o culpado? Foi a China que não passou a informação correta? Foi a OMS que não passou a informação correta? Foram os países que receberam a informação e não a processaram corretamente, minimizando os riscos envolvidos? É muito difícil de saber, com todas essas dimensões.

A gente sabe que, por exemplo, na França, no passado, uma ministra da saúde, numa dessas outras experiências, comprou um monte de máscaras, de produtos de proteção e, daí, o risco não veio e ela foi demitida, acusada de corrupção. Então, a gente sabe que a informação chegou de forma truncada, não muito clara, e houve uma minimização do risco. Essa minimização do risco pode ter algum viés dizendo: “Isso é coisa de país autoritário, asiático, não vai pegar na gente. Aqui, a gente tem saúde pública bem desenvolvida. Não vai pegar aqui, na Europa e nos Estados Unidos. Isso é coisa deles lá”. E tanto que os avisos de que a coisa era mais séria começaram a vir, e vieram depois da China para Taiwan, Coreia e Irã. Ainda assim, as pessoas continuaram pensando que era coisa de país de segunda classe, digamos assim, que não era coisa de país desenvolvido. Isso, por exemplo, fica muito claro no livro do Mandetta, o Mandetta diz isso com todas as letras, vale a pena ler. Chegou a notícia do Irã: “Bom, Irã é Irã. Não é com a gente”. E ele falou: “Nós estávamos em contato com Itália, França, Espanha. Nada lá, com o que eu vou me preocupar?”. Então os países ocidentais demoraram para responder, demoraram para ter uma percepção clara do que estava acontecendo e tiveram que correr, digamos assim, atrás do prejuízo. Quando a coisa eclodiu eles estavam desinformados, despreparados, e tiveram que lidar com o número crescente de casos. E isso levou ao colapso dos sistemas de saúde na Espanha, na Itália e na França, inicialmente. E aí foi que os outros países falaram: “Opa, pode ser que tenha alguma coisa aí”. Então a reação brasileira, por exemplo, só começa depois que a Itália estoura.

Um estudo mostra que os países democráticos demoraram mais para responder do que os países autoritários. Então, regimes autoritários foram mais eficientes quando se deram conta do problema e recorreram a essas medidas drásticas que você, Luciana, descreveu. Fechamento, *lockdown*, essas coisas todas que ferem direitos individuais potencialmente ou que podem levar a esta tensão entre os direitos fundamentais e a política de saúde pública. Então, o que se sabe é que, de fato, os regimes autoritários reagiram mais rápido, possivelmente em função de não

terem essas preocupações. No interior das democracias há muitas variações nos graus de respostas, mas ninguém chegou a uma explicação convincente do que distingue, por exemplo, a Finlândia da Suécia, da França, da Espanha, e assim por diante.

Além dos Estados Unidos, você teve uma heterogeneidade na resposta dos países democráticos que não está explicada por características, digamos, observáveis. Pode ser que tenha alguma não observável que explique porque essa variação, mas o fato é que ocorreu essa variação. Muito provavelmente por causa desse custo de ferir liberdades individuais e um possível custo político que isso traria, e de reconhecimento de dificuldades, a consequência sobre a economia, e assim por diante. Então, acho que é isso pra começar, é o que eu teria pra dizer, não sei se respondi suas perguntas.

Vamos entrar no caso brasileiro, depois a gente vai falar um pouco sobre os Congressos, mas eu queria ouvir ainda sobre o Executivo brasileiro. Temos acompanhado as medidas adotadas pelos governos no Brasil. Desde o finalzinho de dezembro, até o mês de fevereiro, você nota que há um acompanhamento e um monitoramento no âmbito do Ministério da Saúde e, em alguma medida, você vê os técnicos respondendo a muitas das reações internacionais ou mesmo dos fatos no âmbito internacional. Inclusive, a gente vê várias reuniões que aconteceram entre dezembro e fevereiro com secretários de estado de saúde, com secretários municipais de saúde, orientações sanitárias que foram passadas, e as medidas restritivas a serem adotadas. Só que isso muda muito depois que a pandemia é decretada pela OMS, dia 11 de março. No dia 26, foi constatado o primeiro caso no Brasil. Obrigatoriamente, o Congresso tem que aprovar essa medida de emergência internacional na saúde, justamente porque havia os brasileiros lá na China, que precisavam ser transportados para o Brasil, e o Brasil não tinha nenhuma lei de quarentena, não podia recebê-los na situação em que eles estavam. Então, ali o Congresso agiu rapidamente, e você nota que há uma sintonia muito grande entre o Ministério da Saúde e o Congresso Nacional. Mas gostaríamos de ouvir um pouco sobre a resposta em termos do Executivo. O que é que a gente esperaria do Executivo? Pensando no Executivo como um todo, pensando também o papel do presidente nessa crise e por que que a resposta do Brasil se alterou a partir desse momento em que a pandemia é decretada? É uma responsabilidade do próprio Executivo? Do presidente? Como é que a gente poderia fazer uma avaliação, se é que pode ser feita?

Fernando Limongi: Então, eu fiz uma cronologia detalhada seguindo as decisões até um certo momento, pegando todas as decisões legislativas, acompanhei os jornais e fiz uma reconstrução. Já faz algum tempo que eu fiz isso para um seminário lá na USP, e eu já esqueci um pouco dos detalhes. Mas você tem essas informações, vindo de fontes internacionais, de que

há um problema e, a partir daí, você tem um começo de movimentação, mas, como eu disse, essa movimentação é bastante *low profile*, digamos assim: “Ah, pode ser que venha uma coisa e tal, vamos ver”. Mas é um entre vários outros problemas que estão sendo tratados.

Tem essa medida, essa lei aprovada em um dia pela Câmara (04/02) e no dia seguinte pelo Senado (05/02), e sancionada um dia depois (06/02), que regulamenta a quarentena e o isolamento. E ela é bastante ampla, dá bastante poder ao Executivo para tomar as medidas necessárias. Então, essa medida é tomada, mas, depois você não vê muitas consequências, inclusive ela não é regulamentada, não há o decreto correspondente que a implementa. Porque toda lei que é muito geral precisa de um decreto que especifica como a lei vai ser aplicada e todas as determinações legais. Isso só vai vir em 20 e tanto de março, se eu não estou enganado.

Então, eu fiquei com esse negócio na cabeça: “Por que eles agiram tão rápido em um primeiro momento, foram tão eficientes? Inclusive, não recorreram a uma medida provisória? Se for uma medida provisória, ela fica 60 dias lá esperando para ser aprovada e pode nesse correr do tempo ir vindo jabuti.. Essa é uma lição bastante interessante de como funcionam os Legislativos e sobre o que é o poder de decreto. Ele (decreto) é uma faca de dois gumes. Então, nesse momento que você realmente precisa de algo muito rápido, é mais rápido fazer um acordo com o Legislativo, segurar as emendas e segurar a discussão e aprová-la. E foi incrível isso, porque foi aprovado no dia de reinício dos trabalhos do Legislativo em 2 horas com o Mandetta no plenário, isso está na imprensa. O Mandetta no plenário conversando com os deputados. Então, isso é muito exemplar da capacidade de cooperação entre Executivo e Legislativo, em um momento de necessidade você ultrapassa todos os obstáculos.

Acho que o Mandetta explica no livro dele, uma parte do mistério, o porque houve essa ação tão rápida, sem consequência imediata e depois fica tudo meio parado. Por causa dessa preocupação do Executivo, do presidente da República e dos militares com a quarentena e o risco de ferir as liberdades e isso vir a dar um problema legal para a presidência. A presidência precisava se cercar, mas a única coisa que tocou a presidência, e isso vai dizer um pouco como nosso presidente funciona, é que ele precisa de algo concreto na frente dele. Ele não sabe pensar abstratamente. Então, qual era o problema concreto? O problema concreto é o que você já se referiu ali, Luciana. Era trazer os brasileiros da China para o Brasil, porque estava tendo uma pressão dos brasileiros em Wuhan querendo voltar, precisando voltar e o presidente da República falou: “Eu não vou gastar dinheiro com esse pessoal”.

Luciana Santana: Exatamente, por isso eles ficariam lá.

Professor Fernando: Ficariam lá e depois ele ainda usou um argumento sanitário, disse: “Eu não vou trazer o vírus pra cá. Que morram lá”. Essa sensibilidade bolsonarista para as coisas: “Morram lá, que não venham me trazer doença para cá ”. Bom, pelo que diz o Mandetta, o que convenceu o presidente foi que o Exército quis fazer um papel heroico de ir lá e buscar os brasileiros. Então, daí precisa da lei da quarentena, por isso o Executivo se mobilizou. E tem

também uma medida provisória que abre um crédito para o ministério do Exército para financiar a operação. O presidente diz que gastou do cartão de crédito dele essa operação. Aí tem duas informações contraditórias, porque eu vi que tem uma medida provisória que solta a verba. Não sei se ela foi aprovada ou não, mas medida provisória que autoriza gasto excepcional não precisa ser aprovada porque se o gasto é feito e, depois de feito o gasto, não precisa mais aprovar a lei. O gasto foi autorizado enquanto vigorou a medida provisória. Enquanto ela estava em vigência o gasto foi legal. O fato é que essa foi a questão que fez com que o presidente se mexesse e considerasse essa lei. Mas ele estava em outra operação, indo aos Estados Unidos falar com o Trump, quando chegou a informação: “Pode ter pepino grosso vindo aqui na pandemia”. Ele simplesmente ignorou. Não precisamos do livro do Mandetta para saber.

E ainda trouxe a comitiva cheia, né!?

Fernando Limongi: Então, ele (Presidente) traz o vírus. Ele disse que não queria trazer os brasileiros da China para não trazer o vírus, ele foi lá, buscou o vírus dos Estados Unidos e trouxe para cá, em parte, ainda que ele não possa ser responsabilizado pela disseminação, que a maior disseminação pelo Covid veio da Itália.

Bom, mas enquanto o Mandetta dizia que o presidente? Estava trabalhando, a gente não sabia se ele, de fato, estava trabalhando ou se ele estava deitado em berço esplêndido, esperando para ver. As informações no livro são contraditórias, então tinha gente trabalhando e se preocupando e tal, mas ao certo o Brasil só começa a se preparar mesmo quando tem o primeiro caso aqui, e a Covid explode na Itália. Aí, realmente, eles falam: “Opa! Vai vir pra cá, não tem jeito”.

Há, então, essa primeira medida do Legislativo, e depois uma paralisia no Executivo que pode ser vista por essa não implementação da lei, do decreto. Há umas portarias do Ministério da Saúde, mas elas são muito genéricas e, aparentemente, tudo o que elas visam é impedir problemas causados por gente que poderia processar o governo brasileiro em razão da quarentena, ou das consequências da quarentena em Anápolis, como foi feito. O que o Mandetta diz é que foi uma operação comandada pelos militares, com pouca intervenção do Ministério da Saúde, e que os procedimentos de quarentena foram completamente ridículos. Primeiro, por que todas as pessoas viviam juntas, não estavam isoladas, depois, ia cantor fazer show, gente saía e voltava, o Exército ia lá visitar, tirar foto. O piloto do avião se recusou a fazer quarentena e saiu, e aí ele teve um comunicado de febre, o que foi mantido em segredo. Então, o que se mostra ali é o despreparo do Exército brasileiro para fazer qualquer operação básica, é absurdo. Aí a gente não se espanta com a qualidade do pessoal do Exército que está participando desse governo, é muito mal preparado esse pessoal e pouco afeito às coisas práticas. Não é o mundo deles, o mundo deles é um mundo onde jogam vôlei, pólo e peteca. Não tem guerra no Brasil desde a

guerra do Paraguai. O que o Exército faz? Ele não está preparado para operações mínimas, como uma operação de resgate na China, estava mais interessado na propaganda. Então, o fato de existir uma paralisia depois não é específico do Brasil. Como eu disse no começo, a maior parte dos países ocidentais seguiu esta mesma toada e só na hora que a coisa estourou na Europa, é que se tem a dimensão do problema e se coloca necessidade de o enfrentar.

O que fica claro no livro do Mandetta, e que confirma tudo aquilo que a gente já sabia, é que o governo brasileiro, o Executivo brasileiro, com foco na liderança do Bolsonaro, não tem nenhuma organicidade, no sentido de que não há troca de informações entre os ministros, cada um é solto e faz aquilo que bem entende, sem comunicação e sem integração. Então o que o Mandetta conta é assim: “Eu não estava em relação com nenhum outro ministro e estava tratando ali do meu assuntinho, e na verdade eu sobrevivi como ministro da saúde todo esse tempo até chegar a pandemia, fora do núcleo ideológico do governo, justamente por me isolar”. A estratégia dele aparentemente foi: “Eu fico tocando minha vida, mantenho a operação do SUS e do sistema de saúde no básico e não me meto na conversa de Damares, na conversa do Weintraub, do Ministério da Educação, do Ministério da Cidadania, eu me isolo aqui, não converso com o Guedes sobre recursos”. Ele disse que o Guedes nunca quis conversar com ele sobre recursos, sendo que a saúde é um dos principais, senão o principal gasto do governo brasileiro. A principal preocupação de todos os brasileiros, em qualquer *survey*, quando se pergunta: “O que está em primeiro lugar?”. Saúde. É a dimensão mais importante para os políticos, sempre foi. Isso foi simplesmente escanteado no governo, e quando começa a pandemia, pela descrição do Mandetta, acho que confirma um pouco aquilo que eu tinha montado nessa cronologia que eu falei para vocês, que ele vai tocando a vida, ignorado pelo restante do ministério, pelo restante da equipe do Bolsonaro que está preocupada com outras coisas, cada um com o seu mundinho, nem aí com a paçoca. A coisa começando a pegar fogo e o Bolsonaro com outra agenda.

Então, acho que foi isso que rolou. E quando a coisa realmente começa a se materializar, o nível de desinformação no interior do Executivo, incluindo o Guedes, pelo que conta Mandetta, e pelo o que eu pude apurar nos jornais, seguindo as declarações e as preocupações do Guedes, ele não está nem aí com a paçoca. Ele não está entendendo o mundo, ele está falando: “Não, o Brasil vai decolar. O Brasil vai crescer, nós vamos sair voando, o Brasil vai surpreender”. Ele não está entendendo o que está acontecendo no mundo e o que vai vir pela frente, ele está totalmente despreparado para a emergência econômica que vem pela frente. O único que está sacando que vem uma crise violenta é o presidente do Banco Central, o Campos. E esse começa a dialogar com o Mandetta. E o Guedes, pelo o que está na imprensa, só se convence porque o Mandetta está apresentando: “Olha, vai vir coisa grave e vai parar a economia”. A ficha do Guedes só cai quando o Roberto Campos apresenta para ele modelos que mostram isso. E isso em meio a uma luta do Guedes por aquela passagem do benefício de

prestação continuada, lembra? Guedes está entrando em delírio por que o Congresso amplia o benefício de prestação continuada, o que vai aumentar os gastos e ele quer cortar os gastos. Vê o Congresso como irresponsável e vai para cima do Congresso dizendo: “Vocês precisam cortar gastos no dia em que o Campos apresentar para o Congresso”. O diagnóstico é: “Vai ferrar tudo!”. E o Guedes é informado dessa situação, a ficha dele cai diante dos congressistas e ele falando bobagem lá sobre a China, como a China cresceu. Depois de ele fazer todo um discurso sobre o capitalismo e essas bobagens que ele fala, o Campos rebate: “Vai ferrar, filho! Esquece seus planos”. E aí o Mandetta vai firme, aí o Congresso se convence que a coisa vai ficar feia.

Nesse momento, o Bolsonaro simplesmente nega a existência do problema. Isso está na imprensa, está nas declarações dele e tal. Quer dizer: “Se tem um problema, é um problema que é economia versus saúde, vamos manter a economia porque senão o governo vai cair”. E então ele começa a entrar em todos aqueles surtos de paranoia que são característicos do presidente: “É uma armação da China contra o Brasil, é a China que está espalhando o vírus para acabar com o Brasil, para acabar com a direita, a China quer a volta do PT, já fez isso na Argentina e estava fazendo no Chile, está fazendo aqui”. É um delírio incompreensível. Então teria que detalhar bem esses procedimentos, você tem um presidente delirando, basicamente isso, e alguns adultos tentando cuidar das coisas.

Pensando nisso, só para a gente entrar na próxima pergunta, sobre a atuação do Legislativo, que participa dessas articulações nesse enfrentamento e acaba sendo uma voz contra esse negacionismo e até anticientificismo desse governo. Que pôde ser visto naquelas declarações absurdas, como “é uma gripezinha”, “não precisa usar máscaras”, “vocês estão exagerando”. Essas declarações, que foram defendidas pelo Executivo. Como você vê esse papel do Legislativo? Ele fez o papel que a gente espera dele, que seja esse contrapeso que é mesmo a sua função? O que você vê, nesse sentido, como um papel do Legislativo nesse momento?

Fernando Limongi: Ah, acho que o Legislativo tomou a iniciativa, percebeu que o problema era mais grave, mas você tem que ver que o Legislativo tem suas limitações e tem a sua, digamos, tendência à irresponsabilidade, pois o peso não cai sobre ele. Então ele fala: “Vamos salvar a população”. Ele vai puxar lá para a frente. Cabe ao Executivo dizer: “Olha, o limite é esse, vamos olhar, vamos discutir”, etc. Então, nesse momento em que o Legislativo reage, o Executivo não participa do debate. E isso, acho que teve uma consequência positiva e talvez tenha tido uma negativa. Porque a reação talvez tenha passado um pouco do ponto, em termos de quebra dos parâmetros de gestão das finanças públicas, porque o responsável pela discussão, o dono do caixa, não participou do debate. Então, não é que a gente vai culpar o Legislativo por ter ido além; aliás, o Executivo quando vem falar: “R\$ 200 reais”, aí o

Legislativo fala: “Não, precisa ser mais”. O Executivo fica nos 200. O Legislativo fala: “R\$ 500,00”, não foi isso? O Executivo replica: “Ah, 500 não. Então 600!” Aí, ferrou tudo.

Eu fiz uma sequência olhando a primeira reação dos economistas que vão à imprensa. A primeira reação ocorre no momento em que a crise é decretada e começa essa discussão: “Bom, precisa derrubar o teto, precisa ter um orçamento de guerra, precisa ter uma situação em que o déficit vai ser ampliado”. A primeira reação de todos os economistas é: “Não, não, não. O déficit não pode ser ampliado”. Assim todos estão, digamos assim, no mesmo passo que o Guedes. Mas então você vai na imprensa, a imprensa chama os “usuais suspeitos”, chama os economistas que sempre são ouvidos: Samuel Pessoa, Marcos Lisboa, o ex ministro que ia ser ministro do Aécio. Bom, chama lá o pessoal, eles dão essa opinião: “Segura, cuidado”. Três dias depois, todas essas pessoas estão dizendo: “Esquece o déficit, a situação é desesperadora. Se nós não dermos o auxílio emergencial, a economia vai parar”. O Brasil tem 40% da força de trabalho no setor informal, ou seja, 40% que começa o dia com zero de renda. Eu tentei fazer uma estimativa disso, mas uma boa parte da população brasileira vive do que ganha no dia. Então se ela não trabalhar naquele dia, se ela não fizer renda naquele dia, ela vai passar fome. Então essa é uma situação trágica, certo? E você vai falar: “Fica em casa”. Bom, se ficar em casa, quer dizer que sua renda é zero. Se eu sou assalariado como eu sou, eu fico em casa, eu posso ir para o trabalho remoto ou ainda a empresa vai me pagar no fim do mês. Agora, se eu sou autônomo e eu saio para cavar o meu dinheiro naquele dia e eu quase não tenho poupança, aí a ficha dos economistas ortodoxos caiu. Vale expandir gastos e o mercado não vai reagir como se isso fosse irresponsabilidade fiscal. Nesse momento, o Guedes está em auto quarentena declarada em casa. Ele passa 10 dias, e a imprensa noticiou isso, em casa recluso e não participa do debate. Ele não participa dessa discussão toda, ele está fechadinho em casa. Só depois que começam a falar: “Cadê o Guedes? Cadê o Guedes? Cadê o Guedes?”, ele faz um vídeo ridículo, que ele solta numa sexta feira depois que toda essa decisão já estava tomada. Então, o Ministério da Fazenda ou o superministério até onde se sabe, se participou, participou de forma bastante marginal desta decisão fundamental. O governo não estava presente. O Executivo ou a parte do Executivo responsável por isso, não estava presente. E o presidente, que deveria ser o chefe do Guedes, deveria dizer: “Sr. Guedes, cadê? Volta pra casa para trabalhar, meu filho. Faz aí nem que seja por videoconferência, mas vai lá e discute essa birosca”. O Guedes estava, até então, defendendo a tal da quarentena vertical que ele dizia que estava sendo adotada na Inglaterra, que seria assim: “você só põe em casa os velhos e deixa os jovens irem pra rua” Então, você teve isso aí, o Congresso agiu da forma que poderia agir. Acho que não existe um programa assim, um programa emergencial de R\$ 600 reais para cada brasileiro que provar que não tem renda e etc. E a renda, em alguns casos, vai acima disso. É o maior programa que o Brasil já fez e que talvez não tenha paralelo no mundo em termos de distribuição de recursos pelo Estado. Isso cria uma situação difícil de lidar, porque você não pode continuar com esse

gasto. Isso é um fato. Não tem como, em termos de finanças. Mas isso significa que quem recebeu um recurso vai deixar de receber, então boa parte da população vai ter perdas enormes, consideráveis nos próximos meses, mesmo se passar para R\$ 300, o é metade de R\$ 600, certo? Então, é muito difícil falar em termos de relações de Executivo - Legislativo e de uma análise institucional do sistema político brasileiro quando você tem um caso tão excepcional, de um presidente como o nosso, que vive num mundo fantasioso e que fica falando da cloroquina, e que fica fazendo pequenas maldades, preocupado simplesmente com o próprio ego, não sei. É um governo absolutamente irresponsável. Então, é muito difícil você falar. “Como está a relação entre Executivo e Legislativo?”. Bom, mas estamos em um ponto tão fora da curva, tão no extremo da distribuição, que fica muito difícil de fazer qualquer generalização. O sistema está funcionando em meio a um caos, né?.

É, essa tem sido uma pergunta recorrente sobre o funcionamento das instituições no governo Bolsonaro. Eu queria também que você fizesse uma avaliação dos custos para garantir esse funcionamento, já que, em tese, do ponto de vista conceitual, as instituições estão funcionando, mas os custos estão sendo muito altos. Tanto que, quando a gente olha, por exemplo, nesse momento mesmo das discussões, não apenas sobre o auxílio emergencial, mas, também, da liberação de recursos para estados e municípios, constata-se um Congresso mais proativo e, em muitas situações, é possível ver, por exemplo, o Rodrigo Maia tentando se colocar mais do que o próprio Executivo, tentando pressionar o governo. Como podemos avaliar a situação do Congresso? Diferentemente de outros legislativos, que demoraram a engatar o funcionamento das suas atividades legislativas, o Legislativo brasileiro se reinventou. Isto é algo inédito para responder prontamente às demandas da pandemia.

Fernando Limongi: Então, do ponto de vista institucional e do ponto de vista do funcionamento do Legislativo, o Legislativo brasileiro deu um show. Fiz uma *live* conversando com amigos *around the world*, tinha um francês, um italiano, um americano, um argentino, um monte de gente. Eu perguntei: “E aí? O Legislativo está funcionando?”, ninguém sabia responder. Eu falei: “Eu sei. O brasileiro passou para o modelo remoto; teve um decreto, uma decisão no legislativo, um decreto no legislativo, está funcionando assim e tal, foi regular, suspendeu as comissões. Estou sabendo de tudo o que está acontecendo, eu tenho como saber isso e o Congresso está funcionando”. Os outros não estavam sabendo muito bem como o Congresso estava funcionando, se não estava funcionando, se estava em recesso.

O Congresso brasileiro respondeu muito rapidamente, preencheu o espaço, assumiu a liderança em algumas questões em que o Executivo se omitiu, para o bem ou para o mal ele assumiu. Em certa medida, isso é continuidade de algo que já vinha. Eu discordo dessa visão um

pouco assim: “Ah, o Legislativo ocupou o espaço do Executivo e a gente pode ficar até confortável com isso, é uma espécie de parlamentarismo funcional”. Isso não existe. O sistema brasileiro é presidencialista, todo poder está concentrado no presidente. O que aconteceu foi que, em certa medida, como por exemplo a reforma da previdência, o Congresso percebeu que a estratégia do Executivo era jogar toda a articulação nas suas costas. Então, o Executivo não age, é um Executivo irresponsável politicamente que só acusa, ele fala que faz a proposta e deixa lá. Se nada acontece, dizem que foi por culpa do Congresso. Dessa vez, o Congresso se armou para evitar isso. O Maia foi muito inteligente para não passar a imagem de um Congresso paralisado e não passar a imagem de um Congresso que estava atrapalhando o presidente, então o que o presidente fez foi fazer todos os esforços possíveis para mostrar que isso estava acontecendo, para tentar um golpe. Mudei de opinião, eu estava sempre dizendo: “Não, o Bolsonaro é só errático”. Não, ele é do mal mesmo. Acho que ele tentou um golpe mesmo, ele tentou provocar o tempo inteiro um conflito, ele fica tentando armar um conflito para se pôr de vítima e dar uma de Jânio Quadros, dar o golpe e puxar o poder para ele. Então o Legislativo foi muito esperto pra evitar esse tipo de conflito, o Supremo não soube trabalhar do mesmo jeito. O Supremo Tribunal Federal ficou também o tempo inteiro causando esses conflitos e o Supremo não soube agir coletivamente. A liderança do Maia foi excepcional desse ponto de vista. O Alcolumbre menos, acho.

Agora está tudo travado por essa questão da reeleição do presidente do Senado e do presidente da Câmara que, pessoalmente, eu acho que é absurda. Absurda do ponto de vista político, absurda do ponto de vista institucional. Não que eu diga que eu tenho uma posição fechada sobre se pode ou não reeleger, acho que poder ou não reeleger é quase uma inconsequência. Mas o que está na Constituição com letras garrafais é “não pode”, e se está na Constituição, obedeça-se a Constituição ou se mude a Constituição. Agora, o que está se buscando é uma gambiarra de quarta categoria, e isso está travando tudo. Travou tudo. É irresponsabilidade do Alcolumbre pôr isso em jogo e é irresponsabilidade do Supremo simplesmente não dar uma resposta imediata e falar: “Leia o artigo tal da Constituição, cala a boca, e trabalhe aí”. Como o Supremo brasileiro não respeita a Constituição, e deve ser o único do mundo que desconsidera a Constituição repetidamente e cada um dos onze faz o que quer, então nós estamos numa barra funda. Se há um problema institucional no Brasil, esse problema institucional se chama Supremo Tribunal Federal. Quer dizer, é o presidente e é o Supremo. Institucionalmente, o Supremo foi desrespeitando a Constituição e criando uma jurisprudência em que o Supremo pode o que quiser. Não só o Supremo como colegiado, cada um dos membros do Supremo. E nós temos um presidente que quer criar um conflito para ver se ele consegue um golpe. Para quê ele quer um golpe? Qual é o projeto político dele? Não me pergunte, porque ele não tem projeto político a não ser destruir. Ele não tem nenhuma proposta positiva, isso é muito claro em todos conflitos que ele arma. Ele nunca diz o porquê ele quer,

simplesmente porque ele está sendo perseguido. Mas o que ele quer fazer? Qual o projeto político dele?

Quando ele armou esse conflito com o Congresso, ele falou: “Eu quero que a carta de motoristas valha por 10 anos”, esse é o grande projeto que ele dizia que estava sendo barrado pelo Legislativo. Você vai dar um golpe de Estado por que você quer ampliar a validade da carta de motorista de 5 para 10 anos? É isso? Esse é o nosso presidente. Nós estamos num mundo de loucos, com uma pandemia. Então, você tem um ponto fora da curva que é a pandemia, outro ponto totalmente fora da curva que é um presidente maluco e irresponsável politicamente, e você tem um Supremo que criou uma jurisprudência altamente elástica sobre seus poderes. Não é um quadro dos melhores. Desse ponto de vista, a Câmara dos Deputados tem provado ser, ao longo desse governo, o único lugar razoavelmente são, responsável, capaz. É o adulto na sala, é o único adulto na sala e se comporta como um adulto.

Professor, emendando aí, pensando nessa atuação do Legislativo, a partir do exemplo das quedas dos vetos presidenciais, vimos o poder do Legislativo. Desde Janeiro de 2019, um terço dos vetos presidenciais foram derrubados pelo Congresso, esse número é maior do que os vetos que foram derrubados nos mandatos do FHC e Lula juntos, isso mostra essa resposta do Legislativo. Como você vê essa tensão dos dois?

Fernando Limongi: Você tem um número de vetos derrubados que é extraordinário, fora da curva, e o número de MPs não aprovadas também é absolutamente excepcional. Por quê? Porque o Governo não está interessado em governar. É simplesmente isso. O Governo não está interessado em governar. Como é que você passa uma medida provisória e não se interessa em que ela seja aprovada, e não vai lá no Congresso negociar? E falar: “Olha, eu disse que isso daqui era necessário, urgente, excepcional. Editei uma medida provisória porque eu preciso disso”, mas simplesmente esquece que foi feito, deixa para lá. Não tem indicador mais claro da irresponsabilidade desse governo do que o número de edições de medida provisória sem atenção do Executivo na sua aprovação, ou de um presidente que diz: “Se eu fosse um congressista, eu derrubava o veto”. O quê!? O presidente diz que vetou, mas se ele fosse congressista ele derrubaria o veto? Que mensagem esse cara está passando? Qual a responsabilidade política que ele tem? Nenhuma! Ele fala assim: “Todo problema cai no meu colo”. Você é o o presidente, filho. Se foi eleito presidente, é justamente para que todos os problemas caíam no seu colo. Você queria fazer o quê? Você queria continuar se divertindo? Pescando todo dia? Então não vira presidente! De fato, ele nunca pensou que seria presidente. Ele nunca imaginou que ganharia essa eleição. Não foi esse o projeto dele, aconteceu. E aconteceu a despeito da intenção dele. A facada e o suicídio de toda a classe política brasileira anterior à facada permitiram que ele virasse o presidente a despeito dele não querer.

Tem um título de um livro do Fernando Henrique, que é “O Presidente Acidental”. O Fernando Henrique não foi o presidente accidental, ele viveu para ser presidente. O Bolsonaro é, de fato, um presidente accidental. E ele ainda não se deu conta que ele é o presidente, e nem vai se dar conta, porque ele não tem capacidade para tanto. Capacidade cognitiva, emocional, o que seja. Então nós vamos viver com isso aí.

E essa aproximação com esses partidos do “centrão”, que na verdade são partidos de direita? Pode ser, realmente, considerada uma mudança de posicionamento e sinalização de apreço ao Congresso ou essa aproximação tem relação apenas com sua ambição de viabilizar sua reeleição?

Fernando Limongi: Do meu modo de ver, é a manifestação exponenciada dessa irresponsabilidade tendo em vista que ele não está nem aí com o que aconteça. Então vai, põe o Lyra, põe esse, põe aquele. Tudo bem, vamos que vamos, não mudou nada. Então essa responsabilidade que o Congresso assumiu *male male* ou que vinha lutando para manter uma certa respeitabilidade, uma certa consequência com o que se faz, pode ir por água abaixo e você ter essa irresponsabilidade também passando por dentro do Congresso. E com um reforço dessa inconsequência, que, na verdade, vai ser elevada à enésima potência, dessa preocupação simplesmente em tirar benefícios e sobreviver politicamente. Mas isso é demasiadamente instável para dar certo. Eu não acredito que isso possa acontecer, tem algo nessa base que é suicida, que é autofágica. A nomeação do Kássio Nunes para o Supremo dá um pouco dessa sinalização, é meio uma volta daquele pragmatismo do Governo Temer, em que o que importa é sobreviver, mas essa sobrevivência em cima do barril de pólvora é muito complicada. Uma faísca e a coisa estoura, como estourou no Governo Temer.

Dentro do Legislativo, e pensando nesse sistema de deliberação remota, você está falando que a reação do Congresso foi muito diferente comparado ao que aconteceu nos outros legislativos do mundo, foi uma resposta muito rápida que o nosso Legislativo deu. E agora, já se fala aí na possibilidade de que, no pós pandemia, a gente tenha um sistema de deliberação misto. Assim, alguns temas mais polêmicos e complexos se dariam por votações presenciais, mas outros temas se dariam por deliberação remota. Como você vê isso? É complicado? Será que isso não prejudicaria o próprio propósito da existência de um parlamento, digo sobre o amplo debate? Como você vê isso?

Fernando Limongi: Então, eu já vi essa discussão em livro de teoria, gente defendendo toda essa coisa, por exemplo, o segredo do voto. Você poderia votar de casa, poderia votar constantemente, esse tipo de coisa. Assim, um ponto que é preciso garantir é a essência do Legislativo, o que distingue o Legislativo tanto do Executivo quanto do Judiciário, que é a

discussão pública, a deliberação aberta. Tanto que é muito mais fácil para o acadêmico trabalhar com o Congresso do que trabalhar com o Executivo ou com o Judiciário, porque está tudo documentado. E o Legislativo brasileiro é excepcional nesse ponto, está realmente tudo documentado. Você tem acesso a todas as discussões, todos os debates, audiências públicas, documentos. Você vai clicando, e vai abrindo. É um mar de informação e uma riqueza de materiais, que é da definição do próprio governo representativo, quando ele foi criado, que em lugar do segredo (que era característico do governo absolutista, do governo hereditário) você vai ter toda a deliberação pública, aberta. E, por isso, o Congresso tem que publicar o seu jornal, tem que publicar os seus diários, tem que dar conta de todos os debates, essa coisa toda. Mas essa promessa, digamos assim, não se realizou completamente. O Executivo se tornou o principal polo de poder, e o Executivo guarda segredo. A gente como pesquisador sabe. Você não consegue saber o que rola dentro do Executivo. Agora, com essa lei de informação você consegue algum documento. O Executivo passou a organizar melhor uma parte das suas deliberações internas. Mas, porque ele é forçado a fazer isso por lei, não significa que porque você conseguiu o documento, que está rolando a verdadeira discussão. A mesma coisa também no Legislativo, a gente sabe que a maior parte das deliberações, das discussões e das negociações acontecem às portas fechadas, e é relativamente “secreto”. No Colégio de líderes, também, as discussões, negociações, e muitas das conversas são fechadas e não são reveladas ao público. Então, essa tensão entre o que deve ser aberto, o que deve ser público, quanto a discussão pública constrange os atores, cria embaraços. Não tem um trade off aqui entre essas coisas.

Você poderia pensar que um dos problemas, por exemplo, a votação é a parte final da deliberação, mas é quando a deliberação se encerrou. E agora o que você vai manifestar é a sua decisão relativa à discussão que veio antes. Se você pode votar remotamente, você pode pensar: “Bom, então uma forma de minorar o problema do quórum, eu não estou no Congresso, mas estou aqui na minha casa, eu posso votar”. Qual é o problema de o deputado votar? Poderia votar, mas você diz: “Mas, daí, pode ser que ele não tenha participado do processo informativo, deliberativo, anterior que o levou a formar opinião sobre a questão”. Mas a gente também sabe que não forma, que o partido diz: “Vote assim”, e ele vota assim. Então, tem aí uma decisão que você precisa tomar, nenhum lugar do mundo ainda adotou isso. Pode ser que você possa combinar, na verdade já está sendo combinado, eles estão em grupos de *WhatsApp* trocando informação o tempo inteiro. Essa história de que político não trabalha, é a pior profissão do mundo, trabalha feito um cão, e fica tendo que receber informação e trocar informação com responsabilidade, tem que ouvir o seu eleitorado, tem que ouvir o líder do partido, tem que ouvir os interesses econômicos. Então, como esse trabalho vai evoluir, quais novas formas nós vamos adotar no futuro? Não há nenhuma razão para a gente ser conservador e dizer: “O jeito que eles inventaram no século 19 tem que ficar para sempre”. Agora, esses passos precisam ser dados

com cuidado para ver se você não está jogando fora o bebê junto com a água do banho. Então, acho que nós vamos ter mudanças institucionais e mudanças na forma de trabalho, que vão ocorrer no mercado de trabalho. Uma boa parte das atividades está dizendo: “Vai passar a ser remota, vai deixar de ser presencial”, então, de repente, o Congresso também pode achar que tem mais trabalho remoto. Já tem pra caramba, a questão é se a deliberação formal ainda precisa ser preservada e guardada para que o escrutínio público continue. Porque é fato que todo esse processo remoto diminui a capacidade da cidadania e dos atores de acompanhar esse processo, houve uma concentração de poder enorme na mão do Maia e dos líderes partidários com o trabalho remoto.

Em relação a esse ponto exatamente, eu não sei se o senhor chegou a observar mais atentamente. É possível perceber algum tipo de prejuízo com relação a essas mudanças na tramitação, no tempo, no timing de tramitação ou está acontecendo dentro do esperado?

Fernando Limongi: Eu não fiz trabalho sistemático algum, mas eu tenho um aluno que está fazendo. Quer dizer, um aluno não, um pós doc que andou analisando isso, que é o Danilo Medeiros. Ele estava fazendo isso, estava olhando. Ele me disse que não tinha mudado muito o padrão de votação de disciplina partidária, agora o tempo de tramitação eu não sei. Muito provavelmente deve ter tido uma concentração em alguns poucos projetos que andaram muito rápido, mas isso em função da emergência. Você realmente está precisando responder rápido, você não pode ficar debatendo muito algumas coisas, e as coisas que pedem maior debate podem ter ficado paralisadas. As questões mais complexas, lei das mídias sociais, leis mais cabeludas que são realmente complicadas. Quem disse que isso aí é simples está mentindo, está vendendo falsas coisas. É muito complicado e a gente sabe que todas essas leis mais complexas demoram muito porque precisam ouvir todos os lados, precisa ter cuidado porque senão queima a largada. Então não sei, eu precisaria olhar. Deve ter mudado alguma coisa, mas a concentração de poder é evidente.

No caso do Senado é possível observar alguns movimentos mais direcionados. Davi Alcolumbre tem segurado a análise dos vetos presidenciais, há articulações dele já pensando em uma possível reeleição, mesmo em contrariedade com as normas legais. Uma forma ali, também, de se aproximar do Bolsonaro e agradar aliados que poderiam se posicionar a seu favor.

Fernando Limongi: Mas aí é a questão, digamos, da maior dependência política do Alcolumbre em relação ao Governo, uma vez que ele era praticamente desconhecido antes de ser catapultado pelo Onyx para ser o presidente do Senado, enquanto o Maia já vem de antes.

Ele já tinha subido desde o Governo Temer, então ele já tem uma base própria não bolsonarista, digamos assim, não depende tanto do presidente. E o Senado, a quem lembrar, teve essa renovação muito forte de neófitos. Então, começou a trabalhar a pouco tempo, ainda não tinha encontrado ainda, digamos assim, o seu ponto de equilíbrio e essa incorporação desses mais novos que entraram direto para o Senado. Então, o Senado tem menos senadores. Complica mais a análise. E o Senado também, em todo lugar do mundo, a casa alta é a menos estudada, menos conhecida.

Assim como aconteceu em outros países, os legislativos estaduais também funcionaram de forma diversa. Alguns um pouco mais proativos, outros simplesmente pararam, estacionaram, não produziram nada durante esse período. Mas vamos pensar o Governador e até a relação com o próprio Executivo, enfim. Porque quer queira ou quer não, eles também tiveram que tomar as decisões com relação ao enfrentamento da pandemia. Chegamos a ter, inclusive, judicialização das ações adotadas no âmbito subnacional, e quem conhece o federalismo brasileiro sabe quais são as responsabilidades dos entes da federação. Gostaríamos, então, que o senhor fizesse uma avaliação do papel que os entes federados tiveram também no enfrentamento, diante da ausência de uma liderança nacional na pandemia. Eu nem vejo uma redefinição do papel, por exemplo, de governadores. Mas, penso que durante a pandemia eles tiveram que agir, como o Congresso teve que agir, como o Supremo teve que agir. |Uma avaliação mais geral.

Fernando Limongi: Tanto quanto o Legislativo, na ausência de responsabilidade do Executivo nacional, os executivos estaduais e municipais precisaram assumir a responsabilidade e tomaram as medidas, acabaram eles sendo os responsáveis. Eu nem me debrucei sobre a decisão do Supremo e o que estava em jogo ali, mas em geral as decisões no Brasil sobre as políticas sociais como mostra a Marta Arretche são sempre centralizadas, são sempre nacionais e o nacional se sobrepõe ao estadual e ao municipal. A Marta Suplicy, aqui em São Paulo, tentou passar um imposto de luz, o que foi considerado inconstitucional. Tudo o que aumenta de alguma forma a autonomia dos estados e dos municípios é considerado inconstitucional, e toda a legislação centraliza e estabelece uma norma nacional. Então, essa resposta eu acho que foi uma quebra de paradigma dentro da política social brasileira. Se ela vai ter consequência aí são outros 90 mil réis. A gente não sabe como isso vai andar, se os estados vão puxar para eles as responsabilidades que o Governo Nacional não está assumindo: “Ah, o Governo Nacional está deixando de regulamentar a educação”. Na volta às aulas, como deve ser feito? Tudo isso é competência do Governo Nacional mesmo que ele não seja o responsável por prover o serviço...

Coordenação?

Professor Fernando: Coordenação e regulamentação é nacional. A educação básica é nacional, mesmo que o governo federal não tenha escola fundamental, mas a coordenação é dele. Mas o ministro não está nem aí com a paçoca, ele está falando sobre bíblia, sobre essas coisas, e não está nem aí com esse problema, porque não é dele o problema. Você tem, pela primeira vez, um governo que não quer responsabilidade política e quer passar adiante. Não me parece que seja uma situação suficiente para que você redesenhe o pacto federativo. Tem essa lei, esse projeto do Guedes que está no Senado que é o do pacto federativo, que ele vem defendendo desde que entrou no Governo, que é consequente, que faz parte do programa político dele: “Eu não quero responsabilidade com governo, porque acho que Estado é ruim. Então, eu não quero política social e eu quero passar adiante. Passa o dinheiro, passa a responsabilidade para os estados e municípios, e eles que se virem”, é isso que ele está falando. O Governo Federal sai fora, ninguém está afim disso porque o Brasil é muito desigual, as políticas estão já montadas, tem sua lógica, tem as suas comunidades que gestam, tem um modelo já formado na cabeça. E as pessoas que estão nos ministérios hoje (fora o Mandetta que é o único que estava dentro da comunidade), todos eles são externos à comunidade de gestão daquelas políticas específicas. Vê os três ministros da educação que o Bolsonaro nomeou, nenhum deles veio do movimento de educação. O Pazuello pelo menos está sendo esperto para falar: “Não vou intervir, vou tocando, vou segurando a onda do Bolsonaro, faço minhas besteirinhas aí”.

Então, todos os governadores ocuparam espaço, foram autorizados pelo Supremo, isso me pareceu uma operação de desespero. Se o Governo Federal não vai fazer nada, deixa os governos estaduais e municipais tentarem fazer alguma coisa. Isso permitiu que o Bolsonaro elaborasse esse discurso que ele não tinha que fazer nada, que o Supremo o proibiu de fazer. Não foi isso que o Supremo fez. O Supremo falou: “Os outros podem fazer. Se o senhor quer brincar de *live* e essas coisas, deixa os adultos se encarregarem de cuidar disso. Se o senhor quiser cuidar, o senhor pode. Só que o senhor não quer.” Aí ele diz: “Não, vamos deixar”. Ainda bem, né. Então os governadores ocuparam espaço e agiram, mas eles não têm autonomia financeira e capacidade financeira para tocar isso. E você vê, mesmo em São Paulo, que é o estado mais rico da federação, com maior capacidade orçamentária, o Dória está enfrentando uma crise enorme. Propôs uma reconfiguração do estado, acabando com a autonomia das universidades, acabando com a autonomia da FAPESP, porque ele não tem recursos, porque a base de arrecadação foi lá embaixo. Então, os estados estão com o pires na mão, o Brasil inteiro está com o pires na mão e nós temos que ver como isso vai se resolver. O pouco do futuro das políticas sociais já era uma pressão que vinha, sabe, vem desde o segundo Governo Dilma quando explode o gasto com previdência, gera um déficit, é insustentável. Ficou claro já no

primeiro Governo Dilma. A Dilma empurra com a barriga para ser reeleita e depois que é reeleita, ela fala: “Turma, não tenho dinheiro. Vamos acertar isso aqui”, aí dá toda aquela “caca”. O PT não apoia, a direita vem com o impeachment e daí o Temer é que iria fazer esse ajuste. Aí o Temer não faz por causa do “JoesleyGate”, e empurra mais para a frente. Nós estamos com um pepino e aí vem a pandemia. Então, não só a gente está com um pepino que vem sendo empurrado com a barriga desde lá de trás, como ainda ele se agarrou com a pandemia. O desequilíbrio das contas públicas é evidente, é real. Se precisa ser ortodoxo, se pode ser neo-ortodoxo, se pode ser heterodoxo, se pode ser o raio que o parta, sei lá, não é minha área. Mas, nós temos um problema com a finança e se alguém não for capaz de dizer: “A solução é essa e eu vou implementar porque eu sei, eu tenho um projeto”, você não vai sair dessa enrascada. Nós já estivemos numa situação assim, em 98, quando Fernando Henrique foi reeleito, a situação era igual. E o Armínio, o Sérgio Werlang e um grupo lá, falou: “Olha, tenho aqui a solução técnica pra isso”. Nós já tivemos isso antes do real também, tinha um problema, e um pessoal falou: “Está aqui a solução”, então alguma dessas mentes brilhantes, esses economistas, vai ter que chegar e dizer: tem como resolver o problema das finanças públicas brasileiras. Muito provavelmente não vai ser uma resposta ortodoxa, porque a ortodoxa não fecha. Não vai fechar, não vai resolver o problema. Então, vai ter que compatibilizar alguma liberalidade com responsabilidade, mas tem que criar alguma âncora como se criou no passado. Isso pode significar uma remodelação do sistema federativo, uma reforma tributária profunda, pode ser o que for, mas para isso você precisa de um projeto e precisa de alguém capaz de dizer: “eu encampo esse projeto”. Então, isso não vai acontecer com o Bolsonaro. Não vai acontecer com o Bolsonaro, mesmo que o Guedes fosse capaz disso, e ele não é, esqueçam o Guedes, ele não é. Por exemplo, se o Roberto Campos, que parece ser muito mais capaz, for guindado ao Ministério da Economia e ele tiver esse plano, se for capaz de montar isso, o Bolsonaro destrói. Porque o Bolsonaro não está disposto a pagar nenhum custo, qualquer proposta para resolver esse problema vai ter que ter um custo, alguém vai pagar a conta! Não tem como, alguém tem que pagar a conta. E o presidente e a liderança política têm que dizer: “Você vai pagar a conta porque esses aqui vão sair ganhando e todos vamos sair ganhando a longo prazo”, ele é incapaz de pensar desse jeito, ele não entende isso. E ele não paga custo imediato. Esqueça. Então os governadores assumiram emergencialmente isso.

Só então para fechar, é última pergunta. Qual a sua avaliação em relação às eleições deste ano?

Fernando Limongi: Então, nós vamos ter uma eleição completamente atípica. Já seria atípica em função do que aconteceu em 2018, a gente teve um verdadeiro colapso de um sistema partidário. Como eu disse ontem em outra *live* que eu estava participando: “Está todo mundo

dizendo que as pessoas pegaram carona no Bolsonaro, o Witzel”, eu disse: “Não, não foi isso que aconteceu”. Todo um pac, igual fosse uma corrida: o terceiro pelotão, primeiro pelotão, segundo pelotão. O quinto pelotão, lá atrás, foi beneficiado pela morte do quarto, do terceiro, do segundo, do primeiro, todo mundo foi morrendo. E aí sobrou para o quinto pelotão, ou sétimo, ou décimo nono. Sobrou para o Witzel, sobrou para o Moisés. Sobrou para o Zema. Um bando de *nobody*. Um bando de gente que não tem a menor noção do que é. É mamãe falei, é papai disse. Foi isso o que aconteceu. O sistema político brasileiro se suicidou, e veio a Lava Jato. Quer dizer, a Lava Jato foi só o pano de fundo e a reação dos políticos à Lava Jato levou ao suicídio coletivo. E a Lava Jato veio e passou com o caminhão por cima. Então você teve uma destruição das elites políticas, autodestruição ou destruição, sei lá. Então a eleição de 2018 já seria totalmente excepcional. Depois de uma reforma radical que acabou com a coligação na eleição proporcional. Altera radicalmente a estratégia de todos os partidos. Você já tinha um incentivo para aumentar o número de candidatos que era a regra do fim da coligação na proporcional de candidatos ao Legislativo. Há o fim de todas as lideranças. “Ah, então qualquer um que tentar, qualquer papai falei e mamãe falei, qualquer Zema, qualquer Moisés. Por que não tentar?”. E agora você ainda tem a pandemia, uma eleição sem campanha. Então que raio vai acontecer? Só Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, sabe, e se ele souber. E se ele disser que sabe, ele está mentindo. Não tem a menor condição de fazer qualquer prognóstico sobre essa bagunça que virou o Brasil. Como sempre acontece com as eleições municipais, quando chega a eleição geral dá o resultado da eleição geral de 2022, a gente vai olhar a eleição geral de 2018 e falar: “Olha lá o que aconteceu ali! Isso explica 2022!”. Só que em 2018 ninguém é capaz de dizer isso, mas depois o sinal está dado. Por exemplo, se você olhar 2000, 2000 anuncia a onda vermelha de 2022, Marta ganha em São Paulo, mas ninguém sacou isso, mas estava evidente. Depois você vê. Em 2016, já mostrou o que ia vir em 2018, mas na hora todo mundo fica falando: “Ah, caiu a participação...”, toda bobagem de sempre vai ser falada: ninguém está mais interessado em votar, os políticos, a morte dos coronéis, cada um inventa o seu termo. Então vai ter um monte de análise dessa, mas a gente só vai saber o que 2018 significou em 2022, depois que for apurado em 2022 é que você volta para lá: “Ah, 2018 me disse o que aconteceu em 2022”. Mas o essencial é isso, está uma confusão. É impossível saber. Eu não consigo saber quantos candidatos tem aqui, tem mais de 17. É uma loucura. Acho que deve estar assim no Brasil inteiro, e você vê que tem insistências de estratégias malucas, por exemplo, no Rio de Janeiro. O Paes volta a se candidatar.

E está liderando as pesquisas.

Fernando Limongi: E está liderando as pesquisas. Será!? Bom, o chute é: esse cara vai morrer na praia como morreu em 2018 para governador ou vai morrer antes de chegar na praia. Agora se ele ganhar, quer dizer então que a Lava Jato acabou, que corrupção tudo bem ou foi porque não tinha outra alternativa? Por que você vai votar em quem no Rio de Janeiro?

Aqui em São Paulo, pelo menos, tem um número razoável, não sei na cidade de vocês, onde vocês estão. Se vocês votam onde vocês estão ou se vocês ainda votam lá em Belo Horizonte, mas vai ser um caos danado. Vai ser um Deus nos acuda pra votar, eu não gostaria de estar no Rio de Janeiro de jeito nenhum. Aqui eu ainda sei mais ou menos como eu vou me comportar, mas no Rio. Votar no Paes? Brincadeira.

Crivella.

Professor Fernando: Votar no Crivella? Agora um fato é: o Bolsonaro disse que não ia se envolver na eleição, já está envolvido. Aqui ele jogou toda a ficha no Russomanno e no Rio ele jogou no Crivella.

No Nordeste, aliados de Bolsonaro estão com força tarefa para eliminar qualquer chance de crescimento do PT ou de manutenção do PT nos governos locais.

Fernando Limongi: Mas o que eu vi, se você olhar a pesquisa do XP, os governadores do Nordeste estão super bem avaliados. Eles não abrem governador por governador, eles mostram só “governadores do Nordeste”, mas eles continuam muito bem avaliados.

É, eles estão realmente. O grande problema é que a maioria das prefeituras não são ocupadas pelo PT. No interior, você consegue ainda ter uma influência dos governadores, mas nas capitais é muito complicado.

Fernando Limongi: Mas sempre foi, não é? Sempre foi muito dissociado do plano federal, é uma eleição local, o que vale é o local. O eleitor sabe distinguir esses dois planos. Então, a entrada do Bolsonaro, acho que uma derrota dele aqui ou no Rio não significa grande coisa.

Bom, quem foi o grande vencedor em 2016? Foi o Alckmin. O Alckmin deitou e rolou em 2016, elegeu o Dória aqui, neutralizou o Serra, saiu como o grande cara e dançou. Então é muita água para rolar também.

Professor Fernando, gostaríamos de agradecer-lhe. Muito obrigada por sua contribuição. Como sempre, aprendemos muito com você.

Professor Fernando: Sou eu quem agradece.

Sobre o entrevistado Dr. Fernando Limongi

Professor Titular aposentado do DCP-USP e Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1982), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em Ciência Política - University of Chicago (1993). É pesquisador sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e vice-coordenador do Núcleo de Estudos Comparados e Intencionais da USP (NECI/USP). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: democracia, legislativo, regimes políticos, desenvolvimento e executivo. Ingressou como docente no DCP em 1986. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B.